

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.002 - SP (2019/0070264-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : EUGENIO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : SAMARA KAMIYA BARBOSA
RECORRIDO : SANDRA MARA KAMIYA
ADVOGADO : INACIO VALERIO DE SOUSA - SP064360

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 8º, DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. POSSIBILIDADE NO CASO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. ACÓRDÃO A *QUO* EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela União com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 581):

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Os exequentes concordaram com os cálculos apresentados pela Fazenda Nacional no importe de R\$ 296.544,83 (sendo 290.732,19 a título de principal e R\$ 5.814,64 a título de verba honorária).

2. No caso dos autos, observo que, se por um lado o valor decotado apresentou-se deveras vultoso; por outro lado, não houve qualquer resistência dos exequentes aos cálculos apresentados pela Fazenda Nacional, pelo que devida a condenação destes ao pagamento da verba honorária fixada em R\$ 6.000,00 a ser rateada solidariamente entre os exequentes, nos termos do art. 85, § 8º do NCPC, em razão da sua razoabilidade.

3. Recurso parcialmente provido.

Embargos de declaração rejeitados.

Preliminarmente, nas razões da presente irresignação, o recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou a respeito da "legislação processual de regência acerca do arbitramento dos honorários advocatícios retratada no art. 85, § 1º, § 2º, § 3º inc. III, § 6º, § 11 e § 12 do CPC/2015" (fl. 633).

Quanto à questão de fundo, o recorrente sustenta ofensa ao artigo 85, § 1º, § 2º, § 3º, III, § 6º, § 11 e § 12, do CPC/2015, ao argumento de que "não se sustenta a fundamentação do acórdão que permanece arbitrando condenação em honorários advocatícios em irrisórios R\$ 6.000,00, com esteio no parágrafo 8º do art. 85, do CPC, como se o proveito econômico da presente causa fosse de valor inestimável ou irrisório

ou valor da causa fosse muito baixo" [...] "eis que se trata de complexa ação, como bem demonstram os autos, com relevância não só pelo valor econômico envolvido, como também pela questão de direito material debatida" (fls. 639-644).

Com contrarrazões.

Juízo negativo de admissibilidade, pela Corte *a quo*, às fls. 661-663.

Interposição do agravo previsto no artigo 1.042 do CPC/2015, às fls. 664-708, e sua conversão em recurso especial à fl. 717.

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, verifico que o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, apenas não adotando as razões do recorrente, o que não configura violação do dispositivo invocado. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Repise-se, ainda nessa esteira, que a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que "o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto" (AgInt no AREsp 1.344.268/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 14/2/2019).

No mais, verifica-se que o presente recurso também não merece prosperar.

No caso, registrou o Tribunal de origem que (fls. 577-580):

[...]

Compulsando os autos, verifico que, não obstante os exequentes apresentassem como correto o valor a ser executado de R\$3.253.066,04, concordaram com os cálculos apresentados pela Fazenda Nacional no importe de R\$ 296.544,83 (sendo 290.732,19 a título de principal e R\$5.814,64 a título de verba honorária).

O magistrado de primeiro grau proferiu decisão fixando os honorários advocatícios em R\$3.000 a ser rateado entre os exequentes, dada a ausência de resistência dos mesmos.

Em face da referida decisão agravou a Fazenda Nacional pleiteando a majoração dos honorários fixados em razão do disposto no art. 85, §3º, inciso III, do NCPC.

Neste sentido, trago a lume o disposto no artigo 85 do NCPC:

[...]

No caso dos autos, observo que, se por um lado o valor decotado apresentou-se deveras vultoso; por outro lado, não houve qualquer resistência dos exequentes aos cálculos apresentados pela Fazenda Nacional, pelo que devida a condenação destes ao pagamento da verba honorária fixada em R\$6.000,00 a ser rateada solidariamente entre os exequentes, nos termos do art. 85, §8º do NCPC, em razão da sua razoabilidade.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao agravo de instrumento para fixar a verba honorária em \$6.000,00 a ser rateada solidariamente entre os exequentes, nos termos da fundamentação.

No mister, a Primeira Turma deste STJ já decidiu no sentido de que o novo regramento sobre fixação de honorários a partir da apreciação equitativa dos autos, tal

como trazido pelo art. 85, §8º, do CPC/2015 não é absoluto e exaustivo, sendo passível de aplicação em causas em que o proveito econômico não é inestimável ou irrisório ou, ainda, em que o valor da causa não é muito baixo. É que, do contrário, estar-se-ia diante de um excessivo apego à literalidade da lei. “Seria um demasiado amor ao formalismo, desconsiderando a pressão dos fatos processuais, em apreço ao cumprimento da lei em situação que revela a sua acintosa inadequação. 5. O art. 1º do Código Fux orienta que o processo civil observe princípios e valores, bem como a lei, significando isso a chamada justiça no caso concreto, influenciada pelas características e peculiaridades do fato-suporte da demanda, o que deve ser adequadamente ponderado.” (REsp 1771147/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 25/9/2019)

Da mesma forma, nota-se recente julgado da Segunda Turma desta Corte Superior (REsp 1.789.913/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 11/3/2019), no qual se firmou entendimento no sentido de que o juízo equitativo do § 8º do art. 85 do CPC/2015 deve ser empregado tanto na hipótese do valor da causa ser irrisório como no caso em se apresente exorbitante, atentando-se aos princípios da boa-fé processual, independência dos poderes e da isonomia entre as partes.

Na oportunidade, aquele órgão julgador firmou: “5. A regra do art. 85, § 3º, do atual CPC - como qualquer norma, reconheça-se - não comporta interpretação exclusivamente pelo método literal. Por mais claro que possa parecer seu conteúdo, é juridicamente vedada técnica hermenêutica que posicione a norma inserta em dispositivo legal em situação de desarmonia com a integridade do ordenamento jurídico. 6. Assim, o referido dispositivo legal (art. 85, § 8º, do CPC/2015) deve ser interpretado de acordo com a reiterada jurisprudência do STJ, que havia consolidado o entendimento de que o juízo equitativo é aplicável tanto na hipótese em que a verba honorária se revela ínfima como excessiva, à luz dos parâmetros do art. 20, § 3º, do CPC/1973 (atual art. 85, § 2º, do CPC/2015). 7. Conforme bem apreendido no acórdão hostilizado, justifica-se a incidência do juízo equitativo tanto na hipótese do valor inestimável ou irrisório, de um lado, como no caso da quantia exorbitante, de outro. Isso porque, observa-se, o princípio da boa-fé processual deve ser adotado não somente como vetor na aplicação das normas processuais, pela autoridade judicial, como também no próprio processo de criação das leis processuais, pelo legislador, evitando-se, assim, que este último utilize o poder de criar normas com a finalidade, deliberada ou não, de superar a orientação jurisprudencial que se consolidou a respeito de determinado tema.”.

No mesmo sentido, veja-se ainda:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONDENAÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. ARBITRAMENTO POR CRITÉRIOS DE EQUIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Segunda Turma do STJ já declarou, recentemente, que a interpretação literal do dispositivo não pode ser realizada isoladamente, razão pela qual o arbitramento do valor a partir de critérios equitativos deve ser, também, observado.

2. O Tribunal de origem utilizou-se da apreciação equitativa, prevista no art. 85, § 8º, do CPC/2015, valendo-se dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

3. Aplica-se o entendimento desta Corte no sentido de que, na apreciação equitativa, o magistrado não está restrito aos limites percentuais estabelecidos no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil/2015, e que a

Superior Tribunal de Justiça

sua revisão implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1487778/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/9/2019)

Nesse diapasão, evidencia-se que, no ponto, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ, impondo-se sua manutenção.

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial**, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator